



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Consultoria Técnica

PROCESSO Nº. 12789/2022.

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO RAMOS–CMBR

NATUREZA: Consulta.

ESPÉCIE: Informação.

CONSULENTE: Sr. Silvano Menezes Rodrigues.

OBJETO: Consulta Interposta pela Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos acerca da aplicação da Lei Municipal de nº 3080 de 25 de abril de 2022, aprovada pela Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos, que estabelece subsídios dos vereadores para a Legislatura de 2022/2024.

INFORMAÇÃO Nº. 17/2022-CONSULTEC

Senhor Relator,

Cuidam os autos de Consulta formulada pelo **Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista dos Ramos**, Sr. Silvano Menezes Rodrigues, solicitando desta Corte de Contas parecer técnico sobre a aplicação da Lei Municipal n.º 308, de 25 de abril de 2022, aprovada pelo Poder Legislativo Municipal e que estabelece o subsídio dos vereadores “para a Legislatura de 2022/2024”.

A presente consulta foi admitida pela Presidência desta Corte, mediante Despacho nº 678/2022 - GP, que reputou atendidos os requisitos definidos no art. 274 e ss da Resolução nº 04/2002 - TCE.

Os autos foram distribuídos ao Eminentíssimo Conselheiro Fabian Barbosa, o qual por meio do despacho de fls. 10, submeteu o feito ao exame desta Consultoria Técnica.

É o breve relatório. Passo a opinar.

(a) Dos Requisitos de Admissibilidade:

No âmbito deste Tribunal de Contas, as Consultas sobre direito em tese são previstas no art. 1º, XXIII, da Lei Estadual nº 2.324/1996 (Lei Orgânica do TCE), e o seu procedimento está regulado nos artigos 274 a 278 da Resolução TCE nº 04/2002 (Regimento Interno), *in verbis*:

Art. 274. O Tribunal Pleno decidirá sobre consultas, quanto a dúvida suscitada na aplicação de



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Consultoria Técnica

dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência, que lhe forem formuladas pelas seguintes autoridades:

§ 1º. *As consultas, feitas por escrito, devem conter a qualificação e a legitimação do consulente, a indicação do seu objeto, com formulação articulada, e serão instruídas, sempre que possível, com parecer do Órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente*

§ 2º. As consultas versarão sobre o direito em tese, vedada a expressão de casos concretos, sob pena de não-conhecimento, salvo se referente a terceiro Órgão ou Entidade, com fim meramente ilustrativo

Do cotejo dos autos, percebe-se que: *i)* a consulta formulada versa sobre direito em tese e envolve a interpretação desta Corte sobre o momento de fixação do subsídio dos vereadores, considerando a CF/88, a LRF e demais normas pertinentes; *ii)* a Consulente, enquanto Presidente da Câmara, é legitimada para a presente pretensão.

Com isso, nota-se que a consulta em apreço encontra-se apta a ser apreciada por esta Corte de Contas, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade.

(b) Do objeto da Consulta.

Por meio do Ofício n.º 029/2022-GP-CMBVR, pretende o Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista dos Ramos, *in verbis*:

“solicitar deste conceituado órgão, parecer técnico sobre a aplicação da Lei Municipal nº 308 de 25 de abril de 2022, aprovada na Câmara Municipal de Boa Vista dos Ramos, que Estabelece os Subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2022/2024, publicada no Diário Oficial no dia 27 de abril de 2022, informo que a referida Lei, foi aprovada observando os limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei de Responsabilidade fiscal, informo ainda que devido o impedimento da Lei Complementar nº



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Consultoria Técnica

173 de 27 de maio de 2020, os subsídios dos Vereadores, permaneceu o mesmo da legislatura 2017/2020”.

Pois bem. Todos os atos administrativos estão submetidos aos princípios expressos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais devem ser conjugados com os princípios infraconstitucionais da razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e defesa do interesse público.

De acordo com o art. 39, §4º, também do texto constitucional, os agentes políticos serão remunerados, exclusivamente, por subsídio fixado em parcela única, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer outra espécie remuneratória. A fixação deverá ser em valor, de forma explícita, não sendo apropriada a vinculação de percentual referente a outra remuneração.

Com relação ao subsídio dos parlamentares municipais, o art. 29, VI, da CF/88 é claro ao estabelecer que os mesmos **serão fixados pelas respectivas Câmaras Municipais, em cada legislatura, para a subsequente.**

Por sua vez, a Constituição do Estado do Amazonas no seu art. 124, § 1º, prevê que:

“Art. 124. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, ou autoridades equivalentes, serão fixados por Lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o disposto na Constituição Federal.

§ 1º Os subsídios dos Vereadores e dos membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal serão fixados por Lei de iniciativa do próprio Poder Legislativo, em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e obedecidos os percentuais relativos aos subsídios dos Deputados Estaduais e demais exigências constantes da Constituição Federal.”



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Consultoria Técnica

Com isso, percebe-se que a Constituição Federal e a Estadual não estabeleceram o prazo exato para fixação de subsídios, apenas delimitaram, mas de forma “ampla”, o momento: de uma legislatura para outra.

A esse respeito, trago à colação entendimento firmado em Consultas formuladas ao Tribunal de Contas do Paraná, *in verbis*:

“Responder à consulta da Câmara Municipal de Planalto da seguinte forma:

...

*2º. Verificando as determinações e vedações constitucionais, **extrai-se que podem as Leis Orgânicas Municipais, estabelecer prazo máximo para fixação dos subsídios dos agentes políticos municipais para a legislatura seguinte.***

3º. A promulgação é o ato que autentica a existência da lei, declara que a lei passa a pertencer ao ordenamento jurídico e ordena sua aplicação e cumprimento. Ao estabelecer um prazo, as leis locais, condicionam critérios de validade, e portanto, de existência do instrumento legal escolhido para aquela fixação. Portanto, se o instrumento legal foi promulgado fora do prazo, perdeu eficácia, tornando-se inexistente no mundo jurídico. (TCE/PR. Consulta em força normativa. Processo nº 549865/08. Acórdão nº 979/09-Plenário. Relator auditor Tadeu Lechinski. Data da Sessão 15/10/2009).”

“Impossibilidade de Vinculação dos subsídios dos vereadores em percentual do que recebem os deputados estaduais. Possibilidade da Lei Orgânica municipal estabelecer qualquer data da legislatura em curso para estipular os subsídios dos futuros vereadores, respeitado o princípio da anterioridade da legislatura.

...

Pela possibilidade da Lei Orgânica Municipal estipular qualquer data para a fixação do subsídio dos futuros Vereadores, desde que o ato fixador seja aprovado e publicado na legislatura anterior à que irá reger, antes das eleições, salientando-se que a atual Lei Orgânica da



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Consultoria Técnica

urbe prevê que a fixação dos subsídios deve ser aprovada e publicada no último ano da legislatura, no mínimo, 30 dias antes das eleições. (TCE/PR. Consulta com Força Normativa - Processo nº 35817/11 - Acórdão nº 645/12 - Tribunal Pleno - Rel. Cons. Artagão de Mattos Leão)."

Convém destacar, ainda, a seguinte jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF): "(...) **quando a lei fala em fixação de remuneração, em cada legislatura, para a subsequente, necessariamente prevê que tal fixação se dê antes das eleições que renovem o corpo legislativo. Isso decorre, necessariamente, da ratio essendi do preceito**" (Recurso Extraordinário nº 62.594/SP).

Dito de outro modo: a fixação do subsídio dos vereadores deve ser realizada ao final de cada legislatura, para vigorar na subsequente, até a data do primeiro turno das eleições municipais, sob pena de violação dos princípios da anterioridade, impessoalidade e moralidade, lembrando que nada obsta que a Lei Orgânica do Município estabeleça prazo inferior para a fixação do subsídio.

Este entendimento também é perfilado pelos Tribunais Estaduais:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ACÓRDÃO QUE POR UNANIMIDADE DE VOTOS NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO INTERPOSTO. INSURGÊNCIA DE QUE NÃO FORA ANALISADO A LEGALIDADE/CONSTITUCIONALIDADE DO RECEBIMENTO DOS VALORES PELO AGRAVANTE. OMISSÃO CONSTATADA. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. IRRESIGNAÇÃO TRAZIDA QUE NÃO AFASTA A CONCLUSÃO OBTIDA. DE ACORDO COM A FUNDAMENTAÇÃO DO TCE/PR **A NÃO FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS ANTES DAS ELEIÇÕES VIOLA FRONTALMENTE OS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO, VEZ QUE A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS APÓS SE CONHECER O RESULTADO DO PLEITO ELEITORAL REPRESENTA QUE OS VEREADORES**



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Consultoria Técnica

ESTARIAM LEGISLANDO EM CAUSA PRÓPRIA.

DEMAIS ALEGAÇÕES TRAZIDAS PELO RECORRENTE QUE FORAM DEBATIDAS NO ARESTO. EMBARGANTE QUE PRETENDE A SIMPLES REAPRECIAÇÃO DO MÉRITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS. (TJPR - 4ª C. Cível - 0042337-56.2018.8.16.0000 - Cambé - Rel.: Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima - J. 28.05.2019) (TJ-PR - ED: 00423375620188160000 PR 0042337-56.2018.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima, Data de Julgamento: 28/05/2019, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/05/2019)"

Consoante bem lembrado pelo próprio Consulente no Ofício n.º 029/2022-GP-CMBVR (fls. 02), a legislatura anterior se deu no período 2017/2020. Logo, qualquer alteração de subsídio para a legislatura vigente – 2021 a 2024 – deveria ter sido aprovada até 2020. **Não existe legislatura 2022/2024, conforme afirmado no ofício supracitado.** Os anos de 2022, 2023 e 2024 correspondem a sessões legislativas dentro da legislatura 2021/2024.

Conquanto o referido ofício consigne que os subsídios permaneceram os mesmos da legislatura 2017/2020, em virtude do disposto na Lei Complementar n.º 173, de 27.05.2020, não só não há provas nos autos de que isso seja verdade como também não se revela razoável ter sido editada uma lei no ano corrente para fixar valores idênticos ao já percebidos pelos edis.

Com isso, considerando que o subsídio dos vereadores só pode ser fixado de uma legislatura para a subsequente (art. 29, VI, da CF/88), não há como se reputar constitucional a Lei Municipal n.º 308, de 25 de abril de 2022.

(c) Conclusões e Sugestões.

Diante de todo o exposto, esta Consultoria Técnica, em resposta à Consulta ora formulada, posiciona-se da seguinte forma:

A Câmara Municipal de Boa Vista dos Ramos, ao fixar o subsídio dos vereadores em 2022 para vigência dentro da mesma



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Consultoria Técnica

legislatura (2022, 2023 e 2024), afrontou diretamente a Constituição Federal da República, em seu art. 29, VI, e a Constituição Estadual do Amazonas, no art. 124, §1º, circunstância que será noticiada aos órgãos competentes para a adoção das medidas cabíveis.

É a manifestação, salvo melhor Juízo.

Remetam-se, nos termos regimentais, os autos ao órgão graduado do Ministério Público de Contas, a quem sugerimos propor a remessa de cópia do feito ao Ministério Público do Estado para a adoção das medidas que entender cabíveis.

**CONSULTORIA TÉCNICA DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 06 de junho
2022.

MÁRIO GARCIA GOMES DOS REIS
Assistente Jurídico da Consultoria Técnica - CONSULTEC

FRANCISCO A. PINTO NETO
Diretor da Consultoria Técnica - CONSULTEC